

Endividamento rural

Difícil acerto

A ATUAL temporada é favorável para a agricultura pelo segundo ano consecutivo. O Valor Bruto da Produção (VBP) estimado para 2008, de R\$ 161,6 bilhões, representa um ganho real de 22,7% em relação ao ano anterior;

A recuperação da renda agrícola ocorre pela combinação de dois fatores. O primeiro, diante dos preços agrícolas superiores aos da safra passada, principalmente na soja e no milho, que respondem por mais de 80% da safra de grãos. O segundo, com o aumento da produção de grãos.

Nesse cenário positivo, o governo apresentou sua proposta para negociar todo o endividamento pendente dos últimos trinta anos. O pacote, de R\$ 66,0 bilhões, representa 75,4% do montante total de R\$ 87,5 bilhões devido por pequenos, médios e grandes produtores.

Foram três semanas de negociação para buscar um desfecho para o endividamento rural. Entidades e parlamentares que representam a atividade rural chegaram a um consenso, apesar de o governo não

atender totalmente às reivindicações feitas pelo setor.

Até a edição da medida provisória, que deve acontecer no decorrer deste mês, alguns pontos ficaram pendentes e poderão sofrer ajustes.

Esse processo de renegociação da dívida coloca uma pedra sobre uma história marcada por muita improvisação na política econômica em geral e, na da agricultura, em particular. Os anos de hiperinflação e o custo para consolidar o Plano Real desorganizaram a atividade produtiva do campo. Ainda assim o setor ficou em pé e conseguiu trazer enormes saldos comerciais para o Brasil, além de atender à segurança alimentar com produto a preço capaz de deter a inflação. As negociações do endividamento rural não são necessárias quando a macroeconomia está sob controle. Nessa situação as competências administrativa e técnica ditam a regra do jogo. ■

Os principais pontos acertados na negociação com o governo

Dívidas	Definição
Securitização I e II	Manutenção do prazo para pagamento das parcelas até 2025; Descontos para liquidação antecipada da dívida inversamente proporcionais aos valores devidos.
Pesa	Prazo até 2025 para pagamento das parcelas; Descontos para liquidação antecipada das dívidas
Recoop	Descontos de 15% sobre o saldo devedor em 2008, 12% em 2009, 9% em 2010 e exclusão dos cargos de inadimplimento
Funcafé	Alongamento do prazo de 2014 para 2020; Redução dos juros de 9,5% para 7,5%, podendo chegar a 3,75% com bônus
Custeios prorrogados	Queda dos juros nos recursos obrigatórios e da poupança rural: 8,75% para 6,75%; Queda dos juros nos recursos livres: 21% para 10,5%; Queda dos juros do FAT Giro Rural para 8,75%; Acréscimo de dois anos ao final do contrato.
Investimentos	Redução da taxa de juros do Moderfrota para 9,5%; Redução dos juros do Finame Especial para 10,25%; Redução dos juros do Prodecoop de 10,5% para 8,75%; Pagamento de 40% da parcela de 2008 até 30 de setembro; Mais três anos após o fim do contrato e cinco anos para MT e RS
Dívida Ativa da União	Descontos de 40% a 75% inversamente proporcionais aos valores das dívidas, mais bônus de adimplência de 40% a 70% sobre parcelas pagas em dia

Endividamento no crédito rural

Operação	Contratos	Saldo devedor (R\$ bilhões)
Anos 80 e 90	187	27,3
Até 30/06/2006	215	10,5
Investimento e comercialização	349	17,4
Fundos constitucionais	317	12,0
Dívida Ativa da União	31	7,1
Agricultura familiar	-	13,2
Total	1.099	87,5

Fonte: CapaDR

Os principais pontos em discussão

Dívidas	Em discussão
Securitização I e II, Pesa, Recoop, Funcafé	Tratamento diferenciado para Norte e Nordeste
Custeios prorrogados	Alongamento de três anos dos contratos; Carência até setembro de 2008, com pagamento de 40% do valor da parcela que vence este ano
Investimentos	Cinco anos a mais de prazo de pagamento para municípios que tiveram situação de emergência em 2005 e 2006
Débitos transferidos para a Dívida Ativa da União	Ampliação de cinco para 10 anos do prazo do pagamento das dívidas; Descontos cumulativos

Cronologia das negociações

25 de março

Elaborada em conjunto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, o governo apresenta a proposta que contempla a renegociação de R\$ 56,2 bilhões, do montante total de R\$ 87,5 bilhões de débitos estimados pela área econômica.

Em reunião no Ministério da Fazenda com lideranças rurais e parlamentares ligados ao setor, o governo decide continuar a discussão sobre essa proposta. Fica definida nova agenda de reuniões do grupo técnico da Câmara dos Deputados, integrado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CapaDR).

26 de março

Equipe técnica da Comissão de Agricultura da Câmara, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) identifica os pontos que precisam ser reforçados na proposta apresentada pelo Executivo para solucionar a questão do endividamento rural.

A conclusão foi de que pontos importantes que poderiam equalizar efetivamente a dívida não foram considerados, entre eles prazos de carência e de reembolso, redução da taxa de juros, ampliação das propostas para os agentes financeiros privados e a inclusão de outras linhas de crédito.

27 de março

O setor agropecuário considera insuficiente a proposta do governo para solucionar o endividamento rural. A análise do grupo técnico indica quatro pontos imprescindíveis para equalizar o passivo dos produtores:

1. Prazo de até 17 anos (2025) para amortização das dívidas contraídas com recursos de todas as fontes do crédito rural. Existe uma concentração para o pagamento de R\$ 40 bilhões que vencem nos próximos quatro anos
2. Necessidade de depuração do saldo da dívida de todos os programas de crédito rural para eliminar as distorções dos débitos;
3. Taxas de juros de 4% ao ano, em vez da substituição dos indexadores que corrigem os contratos;
4. Carência mínima de um ano entre a renegociação e o início do pagamento

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprova voto que concede prazo adicional até 30 de junho para as operações de crédito rural com risco do Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) e do Funcafé: Securitização I e II, Progra-

ma Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção (Recoop).

A proposta contempla as prestações vencidas ou vincendas no período de 2 de janeiro a 30 de junho. A ampliação do prazo para a liquidação dessas parcelas ocorre em razão da necessidade de tempo adicional para concluir a renegociação da dívida rural.

28 de março

Produtores rurais e governo estabelecem prazo de duas semanas para estabelecer uma proposta consensual que vise a solucionar o endividamento rural. Os parlamentares ruralistas passarão a mobilizar as lideranças dos partidos para que a medida provisória com os tópicos do endividamento seja aprovada sem barreiras pelo Legislativo.

31 de março

Adiada a reunião entre entidades representantes dos produtores e parlamentares da bancada ruralista com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Agricultura, Reinhold Stepanhes, para discutir uma solução para o endividamento rural. Os ministros alegaram que não houve tempo hábil para analisar o documento elaborado pela CapaDR, pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pela Comissão de Agricultura do Senado e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

2 de abril

Para solucionar o endividamento rural o governo propõe a ampliação de R\$ 56,3 bilhões para R\$ 66 bilhões do montante a ser contemplado por meio do:

- Alongamento de cinco para oito anos das parcelas de pagamentos dos investimentos;
- Prorrogação de mais dois anos para contratos de custeio;
- Aumento dos descontos para operações inscritas na Dívida Ativa da União (DAU).

A ampliação inclui operações com riscos dos bancos privados, e não apenas aqueles assumidos pela União. O setor insiste para que sejam concedidos períodos de carências. O governo fica irredutível nesse ponto.

7 de abril

O setor apresenta uma nova contraproposta à equipe econômica do governo, que inclui, além dos pontos discutidos anteriormente, as dívidas dos cafeicultores, cacauicultores, produtores rurais do Nordeste e de regiões que tiveram problemas decorrentes de logística e de seca. O Executivo sinaliza com a possibilidade de melhorar a proposta apresentada quanto aos prazos de alongamento, taxas de juros e débitos transferidos para a Dívida Ativa da União (DAU).